



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 2 de Fevereiro de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº XX

Página 1 de 5

### SUMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS	2
GABINETE DO PREFEITO	2
ATOS DO GABINETE DO PREFEITO	2
Leis Complementares	2
Leis	4
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	5
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES	5
Autorização	5

### EXPEDIENTE

O Diário Oficial do município de Mariápolis, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

### ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Mariápolis poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br). Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

### ENTIDADES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

CNPJ: 51.405.231/0001-16

Av. Prefeito Bernardo Meneghetti, 800 - Centro  
Mariápolis / SP - CEP 17810-000

Telefone: (18) 3586-1315

Site: [www.mariapolis.sp.gov.br/](http://www.mariapolis.sp.gov.br/)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 2 de Fevereiro de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº XX

Página 2 de 5

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

ATOS DO GABINETE DO PREFEITO

LEIS COMPLEMENTARES



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

### LEI COMPLEMENTAR Nº 074 DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

**RICARDO MITSURO WATANABE**, Prefeito Municipal de Mariápolis, Estado de São Paulo, **faz saber** que a Câmara Municipal **APROVOU**, e ele **SANCIONA E PROMULGA**, a seguinte Lei com a redação final:

*"Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores e empregados públicos do Poder Executivo Municipal de Mariápolis, concede reajuste adicional a título de aumento real, com exceções, altera dispositivo da Lei Complementar nº 019/2021 (auxílio-alimentação), reajusta o valor da bolsa-auxílio de estágio e dá outras providências."*

**Art. 1º** - Fica concedida revisão geral anual da remuneração e dos proventos dos servidores públicos e empregados públicos do Poder Executivo Municipal de Mariápolis, ativos, inativos e pensionistas, no percentual de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), a partir da folha de pagamento de janeiro de 2026, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, tendo como referência o IPCA acumulado no exercício de 2025.

§ 1º. A revisão de que trata o caput alcança os empregados e servidores ocupantes de cargos efetivos, em comissão, empregos públicos e os contratados por tempo determinado, no que couber, observada a legislação aplicável.

§ 2º. A implementação observará a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e os limites e condicionantes orçamentário-financeiros aplicáveis, sem prejuízo da competência legislativa municipal.

**Art. 2º** - Fica concedido reajuste adicional a título de aumento real no percentual de 2,74% (dois vírgula setenta e quatro por cento), a partir da folha de pagamento de janeiro de 2026, aos servidores e empregados públicos abrangidos pelo art. 1º.

§ 1º. O reajuste adicional previsto no caput possui natureza de readequação remuneratória por lei específica, distinta da revisão geral anual.

§ 2º. Não se aplica o reajuste adicional de que trata o caput aos servidores e empregados públicos cujos vencimentos básicos, salários ou referências remuneratórias estejam vinculados ou condicionados a piso salarial:

I – fixado em lei federal, incluindo piso nacional de categoria; ou

II – fixado por norma de categoria profissional ou por ato normativo aplicável ao exercício profissional, quando houver vinculação remuneratória no âmbito municipal.

§ 3º. Na hipótese do § 2º, será concedida exclusivamente a revisão geral anual prevista no art. 1º, vedada a incidência do aumento real, sem prejuízo de eventuais adequações específicas impostas por legislação federal superveniente.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 2 de Fevereiro de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº XX

Página 3 de 5



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

§ 4º. No caso dos profissionais do magistério foi fixado por Lei Federal um reajuste do piso salarial de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento), assim se após a revisão geral anual prevista no art. 1º, ainda estiver abaixo do novo piso nacional, será obrigatório aumentar o salário até o valor do piso.

**Art. 3º -** O § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 019/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 1º O valor do benefício a que se refere este artigo será de R\$ 26,50 (vinte e seis reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente trabalhado e poderá ser revisto por decreto, consideradas as necessidades básicas de alimentação e as disponibilidades do erário.”

**Parágrafo único.** Mantêm-se inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 019/2021 que não conflitem com esta Lei Complementar.

**Art. 4º -** Fica reajustado o valor mensal da bolsa-auxílio de estágio no âmbito do Poder Executivo Municipal de Mariápolis previsto na Lei Municipal nº 1.306/2012, passando de R\$ 700,00 (setecentos reais) para R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), observadas as condições do programa de estágio e a legislação municipal aplicável.

**Art. 5º -** As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observadas as normas constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, inclusive quanto à compatibilidade com a legislação orçamentária.

**Art. 6º -** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2026, inclusive quanto à revisão geral anual, ao reajuste adicional, ao auxílio-alimentação e à bolsa-estágio, no que couber, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mariápolis, 30 de janeiro de 2026.

  
**RICARDO MITSURO WATANABE**

Prefeito

Publicado e registrado na data supra e afixada no Átrio Municipal.

  
**ANIELLY RODRIGUES DE ALMEIDA**

Secretária de Gabinete





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 2 de Fevereiro de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº XX

Página 4 de 5

### LEIS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

**LEI Nº 1834 DE 30 DE JANEIRO DE 2026.**

**RICARDO MITSURO WATANABE**, Prefeito Municipal de Mariápolis, Estado de São Paulo, **faz saber** que a Câmara Municipal **APROVOU**, e ele **SANCIONA E PROMULGA**, a seguinte Lei com a redação final;

*"Dispõe sobre a correção salarial e dos subsídios, aos servidores da Câmara Municipal de Mariápolis e agentes políticos do Legislativo do Município de Mariápolis"*

**Artigo 1º** - Fica concedido a todos os servidores da Câmara Municipal de Mariápolis, revisão anual de 4,26 (*quatro vírgula vinte e seis por cento*), de acordo com o índice IPCA/IBGE acumulado no exercício de 2025, conforme previsto no inciso X, do art. 37 da Constituição Federal

**§ único** – A revisão será aplicada a todos os empregados e servidores de cargos efetivos e em comissão.

**Artigo 2º** - Fica concedido reajuste adicional a título de aumento real no percentual de 2,74 (dois vírgula setenta e quatro por cento) aos servidores abrangidos por esta Lei.

**Artigo 3º** - Fica majorado para R\$ 26,50 (vinte e seis reais e cinquenta centavos) o valor do benefício previsto no parágrafo único do artigo 1º da Lei 1.646/23.

**Artigo 4º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento vigente e serão suplementadas se necessário.

**Artigo 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mariápolis, 30 de janeiro de 2026.

  
**RICARDO MITSURO WATANABE**

Prefeito

Publicado e registrado na data supra e afixada no Atrio Municipal.

  
**ANIELLY RODRIGUES DE ALMEIDA**

Secretária de Gabinete



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 2 de Fevereiro de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº XX

Página 5 de 5

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### AUTORIZAÇÃO

#### A U T O R I Z A Ç Ã O

Diante do parecer jurídico em anexo que acolho como fundamento, AUTORIZO a contratação da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, oriunda da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 - PROCESSO Nº 003/2026, visando o prestação de serviços de postagens de correspondência, notificações de dívida ativa por sedex, carta comercial, remessa local com comprovação de entrega, impresso especial, serviço de caixa postal, correio internacional e demais correspondências da administração municipal, em atendimento a demanda do município de Mariápolis/SP, com fundamento no art. 74, da Lei nº 14.133/2021.

Proceda-se a publicação da presente autorização, nos termos do Parágrafo Único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Mariápolis/SP, 28 de janeiro de 2026.

RICARDO MITSURO WATANABE  
Prefeito Municipal